



Sompo Seguros S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

EMPRESA SUBSIDIÁRIA
Sompo Japan Nipponkoa

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

A Sompo Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

I. Perfil

A Sompo Seguros S.A., é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 129 anos. No Brasil, a Sompo Seguros S.A. nasceu da integração das operações da Marítima Seguros S.A., Seguradora fundada na cidade de Santos/SP em 1943, e da Yasuda Seguros S.A., que está no Brasil desde 1959.

Presente em 30 países, o Grupo Sompo Holdings reúne 80 mil colaboradores empenhados em garantir que os mais de 20 milhões de clientes estejam sempre bem. No Brasil, o grupo conta com aproximadamente 1,9 mil colaboradores em suas filiais localizadas em todas as regiões para oferecer segurança, tranquilidade e bem-estar.

A Sompo Seguros S.A., com atuação nos segmentos de automóvel, riscos patrimoniais, vida, transporte, viagem e saúde, destaca-se como a líder do mercado no seguro de transporte e uma das líderes na área de seguros patrimoniais juntamente com sua subsidiária integral, Sompo Saúde Seguros S.A..

A Seguradora possui uma carteira de produtos diversificada, originada principalmente pelo seu canal de distribuição, que conta com cerca de 25 mil corretores. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, garantindo que a empresa atue em regiões de grande potencial econômico para o mercado segurador.

II. Planejamento Estratégico

O ano de 2018 foi um ano de grandes desafios para o mercado de seguros, que começou a se recuperar depois de períodos de forte recessão econômica e relevantes níveis de desemprego em todo o país.

Tendo como pano de fundo este cenário de gradual retomada do crescimento do mercado interno e embasados em nossa missão de "Gerar bem-estar e proteção à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade", estabelecemos estratégias pautadas na melhoria da experiência de nossos segurados e na sustentabilidade financeira da operação, adequando nossos padrões de serviço e controlando níveis de sinistralidade, em continuidade aos esforços e investimentos realizados em anos anteriores.

Além disso, readequamos nossos modelos de parcerias com fornecedores e prestadores e, ainda, investimos em projetos de melhoria de processos e de otimização de nossos controles internos, a fim de viabilizar a assertividade na tomada de decisão. A implementação e manutenção destas ações, em conjunto, viabilizaram nossas intenções estratégicas e trouxeram os bons resultados colhidos em 2018.

Em termos de alinhamento organizacional, a Seguradora divulgou para todos os colaboradores seu Mapa Estratégico até 2022, ressaltando objetivos e expectativas para o alcance das metas organizacionais.

Para suportar iniciativas de diferenciação e modernização, a Sompo Seguros S.A. continua promovendo iniciativas que disseminem a cultura da inovação em processos, incluindo o desenvolvimento de ecossistemas internos e externos que propiciem a geração de ideias e projetos inovadores no mercado.

Nesta dinâmica de alinhar pessoas, modelos de gestão, processos organizacionais e tecnologia à estratégia e à filosofia do Grupo Sompo Holdings, a Seguradora pretende promover níveis de sustentabilidade corporativa alavancando, além da rentabilidade ao acionista, a mobilização de stakeholders para o bem-estar social.

III. Governança Corporativa

A Sompo Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, compliance e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados através de auditoria interna; (iii) manutenção de comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando as tomadas de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouidoria: Com mais de 14 anos de existência, a ouvidoria na Sompo Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender às reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando novos desacordos.

Código de ética: O código de ética da Seguradora norteia suas atividades, coibindo as práticas desleais e os abusos de poder nas relações de consumo, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém atividades direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

Canal de denúncias: Os canais de denúncia da Sompo Seguros S.A. têm como objetivo receber denúncias anônimas relacionadas à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude e crimes de lavagem de dinheiro, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (0800153156), intranet e internet ou por e-mail (fraude@sompo.com.br; lavagemdedinheiro@sompo.com.br), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

IV. Desempenho Econômico

Apesar da alta volatilidade apresentada durante todo o ano causada, principalmente, pelas incertezas do cenário político-econômico, o mercado segurador (desconsiderando o VGBL) apresentou um aumento de 6,2% em termos de prêmios emitidos no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2018 (fonte: SES - SUSEP).

Os prêmios de seguros da Seguradora no exercício de 2018 apresentaram aumento de 5,0% em relação ao mesmo período de 2017, reflexo, principalmente, dos segmentos de transportes, ramos elementares corporativos e massificados, vida e viagem, parcialmente compensados pelo decréscimo de receita de automóvel e DPVAT.

A seguir demonstramos os principais indicadores econômicos da Sompo Seguros S.A.:

Prêmios de seguros por segmento					
(Em R\$ milhões)	2018	%	2017	%	Variação %
Automóvel	808,3	27,5%	1.043,4	37,3%	(22,5%)
RE massificados	876,7	29,8%	763,2	27,3%	14,9%
Vida	208,4	7,1%	194,1	6,9%	7,4%
RE corporativos	294,0	10,0%	284,4	10,2%	3,4%
Transportes	579,4	19,7%	336,2	12,0%	72,3%
Viagem	106,5	3,6%	106,2	3,8%	0,3%
DPVAT	64,1	2,2%	69,5	2,5%	(7,8%)
Consolidado	2.937,3	100,0%	2.797,0	100,0%	5,0%

Evolução das provisões técnicas de seguros					
(Em R\$ milhões)	2018	%	2017	%	Variação %
Provisão de prêmios	1.323,0	54,0%	1.214,5	58,0%	8,9%
Provisão de sinistros	1.126,3	46,0%	877,9	42,0%	28,5%
Total	2.449,3	100,0%	2.092,4	100,0%	17,1%

Resultado líquido: A Seguradora encerrou o exercício de 2018 com um lucro de R\$ 73,7 milhões, aumento de R\$ 14,8 milhões em relação ao exercício anterior, resultado principalmente das ações visando redução da sinistralidade, das medidas de controle e contenção de despesas e das melhorias em processos operacionais, que compensaram um resultado financeiro menor do que o ano anterior.

Índice combinado: Percentual obtido através do total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos. No exercício de 2018, a Seguradora obteve o índice combinado de 100,5%, 3,4 p.p. melhor em relação ao mesmo período de 2017.

Dividendos e juros sobre capital próprio: O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre capital próprio.

V. Recursos Humanos

A Seguradora encerrou 2018 com 1.696 colaboradores na Sompo Seguros S.A..

Desenvolvimento de pessoas: A Seguradora investiu na capacitação de seus colaboradores no ano de 2018 através de 451 temas de treinamentos.

Treinamentos a corretores: Com a finalidade de manter a proximidade com os corretores de seguros e potencializar a produção de novos negócios, a empresa também investe significativamente em treinamento para este público. Em 2018, houve um total de 291 treinamentos nos ramos de automóvel, ramos elementares, vida e técnicas de vendas.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 21 de Fevereiro de 2019

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	1º de janeiro de 2017			Passivo	Nota Explicativa	1º de janeiro de 2017		
		2018	2017	(Reapresentado)			2018	2017	(Reapresentado)
Circulante		3.184.205	2.284.423	2.229.102	Circulante	3.005.933	2.459.925	2.305.294	
Disponível		36.747	20.853	17.489	Contas a pagar	174.758	144.429	151.498	
Caixas e bancos		36.747	20.853	17.489	Obrigações a pagar	14	77.950	63.600	
Aplicações	5	925.070	619.296	618.199	Impostos e encargos sociais a recolher	15	70.806	61.238	
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.160.580	961.133	964.050	Encargos trabalhistas	14	19.926	19.442	
Prêmios a receber	6	958.486	801.683	815.574	Empréstimos e financiamentos		2.515	-	
Operações com seguradoras		44.392	36.149	37.340	Outras contas a pagar		3.561	149	
Operações com resseguradoras	7	109.034	61.069	57.378	Débito das operações com seguros e resseguros	589.932	434.814	388.304	
Outros créditos operacionais		48.668	62.232	53.758	Prêmios a restituir		3.546	1.608	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	743.031	376.582	334.896	Operações com seguradoras		25.075	22.109	
Títulos e créditos a receber		36.664	24.517	31.891	Operações com resseguradoras	17	397.106	255.521	
Títulos e créditos a receber		15.308	9.093	9.664	Corretores de seguros e resseguros		164.205	155.267	
Créditos tributários e previdenciários	8	12.710	3.764	13.755	Outros débitos operacionais		-	309	
Outros créditos		8.646	11.660	8.472	Depósitos de terceiros	18	34.000	27.753	
Outros valores e bens		24.369	28.204	23.498	Provisões técnicas - seguros	16	2.207.243	1.852.929	
Bens à venda	9	21.651	25.378	20.965	Danos		2.057.250	1.742.579	
Outros valores		2.718	2.826	2.533	Pessoas		138.892	99.151	
Despesas antecipadas		8.729	10.178	7.696	Vida individual		11.101	11.199	
Custos de aquisição diferidos	10	249.015	243.660	231.383	Passivo não circulante	394.118	386.144	397.749	
Seguros		249.015	243.660	231.383	Contas a pagar		632	608	
Ativo não circulante		1.451.461	1.750.292	1.612.296	Obrigações a pagar	14	632	608	
Realizável a longo prazo		728.609	1.133.207	1.024.695	Débitos das operações de seguros e resseguros	2.842	875	2.520	
Aplicações	5	360.184	791.592	666.595	Operações com resseguradoras	17	-	875	
Créditos das operações com seguros e resseguros		11.907	185	65	Corretores de seguro e resseguro	16	2.842	-	
Prêmios a receber	6	11.907	185	65	Provisões técnicas - seguros	16	242.101	239.462	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	58.471	42.161	60.714	Danos		224.621	214.364	
Títulos e créditos a receber		278.564	286.265	286.203	Pessoas		15.582	23.039	
Títulos e créditos a receber		3.000	-	-	Vida		1.898	2.059	
Créditos tributários e previdenciários	8	78.423	84.947	102.213	Outros débitos	19	148.543	145.199	
Depósitos judiciais e fiscais	11	197.141	201.318	183.990	Provisões judiciais		148.543	145.199	
Empréstimos e depósitos compulsórios		105	105	105	Patrimônio líquido	1.235.615	1.188.646	1.138.355	
Despesas antecipadas		2.401	4.032	1.543	Capital social	20.a	985.586	985.586	
Custos de aquisição diferidos	10	16.977	8.867	9.470	Custo de transação	20.c	(7.256)	(7.256)	
Seguros		16.977	8.867	9.470	Reservas de capital		14	14	
Investimentos	12	215.333	191.049	201.292	Reservas de lucro		256.793	212.164	
Participações societárias		199.089	168.745	172.860	Ajustes de avaliação patrimonial		478	(1.862)	
Ágio		15.904	22.032	28.160	(-) Ações em tesouraria		-	-	
Imóveis destinados à renda		58	-	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	4.635.666	4.034.715	3.841.398	
Outros investimentos		282	272	272					
Imobilizado	13.a	89.198	70.440	73.899					
Imóveis de uso próprio		55.715	50.146	52.483					
Bens móveis		17.956	14.024	17.356					
Outras imobilizações		15.527	6.270	4.060					
Intangível	13.b	418.321	355.596	312.410					
Outros intangíveis		418.321	355.596	312.410					
Total do ativo		4.635.666	4.034.715	3.841.398					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 11/03/2019, com início às 11h00, na filial da Companhia, localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 23ª andar, sala 04, São Paulo-SP, em primeira chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleição de membro do Conselho de Administração; e 2) Confirmação da composição do Conselho de Administração da Companhia. Encontram-se à disposição dos associados, na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária ora convocada. São Paulo, 26/02/2019. Raul Nicolas Vargas – Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 01/03/2019)

Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Araçatuba III - SPE Ltda

CNPJ Nº 09.364.796/0001-36 - NIRE 35.222.062.389

REDUÇÃO DE CAPITAL

Data 15.01.2019. Local São José do Rio Preto. A totalidade dos sócios da Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Araçatuba III - SPE Ltda, sede em São José do Rio Preto-SP, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 29A, CEP 15.085-485, DELIBERAM, reduzir o capital social, conforme artigo 1082, II do Código Civil, de R\$137.861,00 para R\$17.861,00, representando uma redução de R\$120.000,00, que será devolvido até 31.01.2019, em moeda corrente nacional, à sócia Rodobens Malls Administração de Shopping Centers Ltda. Sócios: Rodobens Malls Administração de Shopping Centers Ltda e Carlos Bianconi.

Rodobens Malls Administração de Shopping Centers Ltda.

CNPJ Nº 17.173.094/0001-01 - NIRE 35.229.690.920

Redução de Capital

Data 15.01.2019. Local São José do Rio Preto-SP. A totalidade dos sócios da RODOBENS MALLS ADMINISTRAÇÃO DE SHOPPING CENTERS LTDA., sede em São José do Rio Preto-SP, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 55F, Higienópolis, CEP 15.085-485, DELIBERAM: reduzir o capital social, conforme artigo 1082, II do Código Civil, de R\$6.379.285,02 para R\$6.085.285,02, representando uma redução de R\$294.000,00, que será devolvido em 31/01/2019, em moeda corrente nacional, à sócia RNI Negócios Imobiliários S/A. Sócios: RNI Negócios Imobiliários S/A e Carlos Bianconi.

Centro de Conveniência e Serviços Panamby S/A

CNPJ nº 07.012.790/0001-74

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam V.Sas. convocadas para a AGO, de acordo e nos termos do Artigo 7º, inciso I do Estatuto Social, a qual será realizada em 28/3/19, 5ª feira, 16h, na Sede da Administradora, na Rua José Ramon Urtiza, 975, 2º Subsolo, Vila Andrade, SP/SP, Open Mall Panamby, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação de contas - Exercício 2018; (ii) Comercialização - Novas locações; (iii) Operacional - Demonstração das Melhorias Realizadas; (iv) Outros Assuntos de Interesse. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. A Administração. (26, 27 e 28/02/2019)

DIGIGRAF

Distribuidora Comércio e Serviços S.A.

CNPJ/MF: 54.472.956/0001-15 - NIRE: 35.300.337.328

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Acionistas, no escritório da Companhia localizado na Rua Soares de Avelar, nº. 894, Vila Guarani, São Paulo/SP, CEP: 04306-020, os documentos do Artigo 133, da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. Diretor Presidente: Antônio Francisco da Rita Leal.

→ continuação

Sompso Seguros S.A.

	Ajustes com					Total do
	Capital social	Reservas de Capital	Lucros	títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	964.609	14	160.142	1.038	-	1.117.959
Ajuste	-	-	20.396	-	-	20.396
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (reapresentado)	964.609	14	180.538	1.038	-	1.138.355
Aumento de capital portaria SUSEP nº 433, de 27.06.2017	20.977	-	-	-	-	20.977
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.900)	-	(2.900)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(898)	-	-	898
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(310)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	58.821	58.821
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	-	3.961	-	(3.961)	-
Reserva estatutária	-	-	28.563	-	(28.563)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(26.297)	(26.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	985.586	14	212.164	(1.862)	-	1.188.646
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.340	-	2.340
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	73.653	73.653
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	-	3.682	-	(3.682)	-
Reserva estatutária(*)	-	-	40.947	-	(41.094)	(147)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(28.877)	(28.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985.586	14	256.793	478	-	1.235.615

(*) Efeito de exercícios anteriores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)		Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)	
	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Prêmios emitidos líquidos	2.937.320	2.796.990	21.a
Variação das provisões técnicas	(107.075)	(26.298)	21.b
Prêmios ganhos	2.830.245	2.770.692	21.c
Receita com emissão de apólices	7.428	53.890	21.d
Sinistros ocorridos	(1.676.958)	(1.548.090)	21.e
Custo de aquisição	(633.291)	(647.771)	21.f
Outras receitas e despesas operacionais	(141.048)	(110.973)	21.g
Resultado com resseguro	40.010	(142.768)	21.h
Receita com resseguro	544.668	208.715	
Despesa com resseguro	(504.658)	(351.483)	
Despesas administrativas	(373.305)	(371.292)	21.i
Despesas com tributos	(71.240)	(88.003)	21.j
Resultado financeiro	109.781	179.658	21.k
Resultado patrimonial	3.585	(8.955)	21.l
Resultado operacional	95.207	86.387	
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(92)	2.047	21.m
Resultado antes dos impostos e participações	95.115	88.434	
Imposto de renda	(186)	(9.509)	22
Contribuição social	(7.541)	(7.123)	22
Participações sobre o resultado	(13.735)	(12.981)	31 iii
Lucro líquido do exercício	73.653	58.821	
Quantidade de ações no exercício	106.795.047	106.795.047	
Quantidade de ações ordinárias (em R\$)	106.786.176	106.786.176	
Quantidade de ações preferenciais (em R\$)	8.871	8.871	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)		2017 (Reapresentado)	
	2018	2017	2017 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	73.653	58.821	58.821
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	4.262	(5.234)	
Imposto de renda e contribuição social	(1.922)	2.334	
Subtotal	2.340	(2.900)	
Total dos resultados abrangentes	75.993	55.921	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)		2017 (Reapresentado)	
	2018	2017	2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	73.653	58.821	58.821
Ajustes para:			
Depreciação	8.126	8.318	
Amortização	19.645	7.898	
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.239)	(1.517)	
Resultado de equivalência patrimonial	(9.656)	4.096	
Ajustes com títulos e valores mobiliários	2.340	(2.900)	
Lucro líquido ajustado	92.869	74.716	
Variações nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	125.634	(126.094)	
Créditos das operações de seguro e resseguro	(209.932)	(1.815)	
Ativos de resseguro	(382.759)	(23.133)	
Títulos e créditos a receber	(11.637)	27.828	
Outros valores e bens	3.835	(4.706)	
Despesas antecipadas	3.080	(4.971)	
Outros créditos operacionais	3.014	(3.188)	
Custos de aquisição diferidos	(13.465)	(11.674)	
Depósitos judiciais e fiscais	4.177	(17.328)	
Obrigações a pagar	14.374	8.511	
Encargos trabalhistas	484	1.723	
Empréstimos e financiamentos	2.515	-	
Impostos e encargos sociais a recolher	9.568	(11.370)	
Outras contas a pagar	3.412	(62)	
Débitos de operações com seguro e resseguro	157.085	44.865	
Depósitos de terceiros	6.247	6.027	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	356.953	97.657	
Provisões judiciais	3.344	1.803	
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	(2)	20	
Caixa líquido gerado pelas operações	168.796	58.809	
Atividades de investimento			
Aumento de capital			
Aquisição de imobilizado	(26.751)	(7.378)	
Aquisição de intangíveis	(82.373)	(51.084)	
Price purchase allocation	6.118	6.128	
Baixas de imobilizado	253	2.519	
Baixa de intangível	3	-	
Investimentos em controladas	(21.673)	-	
Dividendos recebidos	2.390	-	
Plano de previdência complementar - PrevSompso	(1.992)	-	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(124.025)	(49.815)	
Atividades de financiamento			
Aumento de capital			
Juros sobre capital próprio	(28.877)	(26.297)	
Ações em tesouraria	-	(310)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(28.877)	(5.630)	
Aumento líquido de caixas e bancos	15.894	3.364	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.853	17.489	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.747	20.853	
Aumento líquido de caixas e bancos	15.894	3.364	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

iii) Demonstração do resultado abrangente:

	31/12/2017 (Apresentado)	Ajustes (Reapresentado)	31/12/2017 (Reapresentado)
Resultado líquido do exercício	79.217	(20.396)	58.821
Resultados abrangentes do exercício líquido de impostos	76.317	(20.396)	55.921
iv) Demonstração da mutação do patrimônio líquido:			
	31/12/2017 (Apresentado)	Ajustes (Reapresentado)	31/12/2017 (Reapresentado)
Capital social	985.586	-	985.586
Reserva de capital	14	-	14
Reserva de lucros	212.164	-	212.164
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(1.862)	-	(1.862)
Custos de transação	(7.256)	-	(7.256)
Total do patrimônio líquido	1.188.646	-	1.188.646
	01/01/2017 (Apresentado)	Ajustes (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)
Capital social	964.609	-	964.609
Reserva de capital	14	-	14
Reserva de lucros	160.142	20.396	180.538
Ajustes com títulos e valores mobiliários	1.038	-	1.038
Custos de transação	(7.256)	-	(7.256)
Ações em tesouraria	(588)	-	(588)
Total do patrimônio líquido	1.117.959	20.396	1.138.355

v) Demonstração do fluxo de caixa:

	31/12/2017 (Apresentado)	Ajustes (Reapresentado)	31/12/2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	79.217	(20.396)	58.821
Ajustes para:			
Depreciação	8.318	-	8.318
Amortização	(26.096)	33.994	7.898
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.517)	-	(1.517)
Resultado de equivalência patrimonial	4.096	-	4.096
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(2.900)	-	(2.900)
Lucro líquido ajustado	61.118	13.598	74.716
Impostos e encargos sociais a recolher	2.228	(13.598)	(11.370)
Caixa gerado pelas operações	58.809	-	58.809
Caixa consumido nas atividades de investimento	(49.815)	-	(49.815)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.630)	-	(5.630)
Aumento líquido de caixas e bancos	3.364	-	3.364
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.489	-	17.489
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.853	-	20.853
Geração líquida de caixas e bancos	3.364	-	3.364

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes são recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que têm como principal função atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês.

b) **Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: i) **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros designados nesta categoria cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no exercício em que ocorre. ii) **Ativos financeiros disponíveis para a venda:** São ativos financeiros não derivativos designados como disponível para venda ou que não são classificados como "recebíveis" e "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. iii) **Recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros tais como saldos de prêmios a receber de segurados bem como valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras no caso de cosseguro. c) **Determinação do valor justo:** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota as seguintes práticas: i. **Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):** O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emissor, conforme descrito abaixo: • Para os certificados de depósitos bancários (CDB's) pós-fixados e letras financeiras (LF's) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera, também, as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez, e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; • Para os CDB's com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação; • Para as letras financeiras com rendimento pós-fixado indexado à variação do IPCA - índice nacional de preços ao consumidor amplo, a precificação considera três componentes principais: (i) variação do índice IPCA, (ii) taxa fixa contratada e (iii) o valor justo na data da negociação. ii. **Títulos públicos:** O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). iii. **Quotas de fundos de investimentos:** O valor unitário da quota dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. iv. **Debêntures:** A rentabilidade das debêntures pós-fixadas é estabelecida tendo como parâmetros as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acordadas no momento da compra do ativo. d) **Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. e) **Bens à venda - (salvados):** Alguns contratos de seguro transferem à Seguradora direito sobre determinados ativos, decorrentes de um evento de sinistro indenizado que são denominados "salvados". Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica com referência da tabela FIPE, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens. Mensalmente é reconhecido impairment dos salvados conforme estudo técnico. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para perda do valor recuperável em contrapartida do resultado. A Seguradora adota metodologia para o cálculo da redução do valor recuperável dos salvados, de acordo com estudo de realização do estoque, baseado na experiência histórica observada

continua →

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somp S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

nos últimos 5 anos. **f) Investimentos:** Os investimentos mantidos nas controladas Somp Saúde Seguros S.A. e Somp Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda., (antiga denominação da Vistomar Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.), são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada bem como perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos que são revisados periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13a. **h) Intangível:** **Software:** Os custos que são associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática que irá gerar benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática e custos pagos a terceiros, incrementais para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Esses custos são amortizados pelo prazo estimado de recuperação desses gastos, que varia entre 4% a 20% ao ano, a partir da data em que o sistema entra em operação. A Somp Seguros S.A., em conformidade com o CPC 4 (Ativo intangível) e CPC 23 (Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) revisou de forma prospectiva as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" (vide nota explicativa 13b) de forma a refletir a adequada vida útil destes ativos que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões de amortização no resultado da Seguradora. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora está representando os saldos de abertura de 1º de janeiro de 2017 bem como os saldos comparativos em 31 de dezembro de 2017, e os efeitos retrospectivos de exercícios anteriores do ativo intangível pela reavaliação da vida útil (vide nota explicativa 2d). **Ágio:** Os valores atribuídos ao ágio, foram estabelecidos de acordo com laudo técnico emitido por empresa especializada, considerando sua formação. Os valores são parcialmente amortizados (vide nota explicativa 12a) e sua recuperabilidade é testada anualmente. **i) Recuperabilidade de ativos financeiros:** A Seguradora avalia no mínimo a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda por um período prolongado é removida do patrimônio líquido e reconhecido no resultado independente do valor. Para prêmios a receber, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada de forma coletiva e sobre os prêmios totais independentemente do ramo, com base em estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos e o valor correspondente da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. **j) Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias indicando que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por impairment pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por impairment é revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. **k) Provisões técnicas:** **i. Definições:** **Provisões técnicas:** São constituídas por valores estimados, contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros, benefícios e despesas relacionadas. **NTA (nota técnica atuarial):** Documento que apresenta os parâmetros utilizados, a formulação de cálculo dos prêmios do respectivo seguro e menciona a necessidade ou não de constituição de provisões. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP 517/2015 e suas alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em notas técnicas atuariais (NTA) enviadas para a SUSEP. • A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo do prazo a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam a vigir e o total de dias de vigência da apólice, aplicada ao valor do prêmio. • A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG- RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão das apólices, de acordo com a base histórica da Seguradora; • A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência das provisões técnicas de prêmios, demonstrada pelo teste de adequação de passivos (TAP), disposto na legislação vigente; • A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora, até sua liquidação. É provisionada através de estimativa ou pelo valor determinado, dependendo do ramo, de acordo com os sinistros avisados. Esta provisão se divide entre sinistros administrativos (PSL adm) e sinistros judiciais (PSLJ). Sinistros administrativos são considerados os sinistros pelos quais foram entregues toda a documentação e serão liquidados normalmente pela seguradora, por processo comum. Sinistros Judiciais correspondem aos sinistros avisados e que por algum motivo resultaram em processos judiciais e que podem se encontrar em diversas fases de tramitação. Para tais ações é constituída provisão de um percentual do montante envolvido, de acordo com a probabilidade de perda anotada na respectiva nota técnica atuarial da provisão. O montante é atualizado mensalmente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acrescidos de 0,5% ou 1,0%, dependendo da data de entrada da ação; • A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - incurred but not reported) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados até a data-base de cálculo. O cálculo é baseado em dados históricos que compreende a análise do tempo existente entre a ocorrência e o aviso dos sinistros e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos sinistros a avisar e já ocorridos. Esta provisão é estimada mensalmente; • A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER - incurred but not enough reported), é constituída caso a experiência histórica observada indique necessidade de ajustar os valores da PSL. Tem a função de refletir eventuais inconsistências entre os valores estimados a data de aviso do sinistro e os efetivos valores de liquidação dos sinistros; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas relacionadas com os sinistros, e tem a finalidade de mensurar o montante de despesas futuras que a Seguradora terá com os sinistros avisados; • A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) abrange os compromissos assumidos pela sociedade seguradora com os segurados enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização/renda. Tem a finalidade de provisionar os recursos para pagamento dos benefícios a iniciar. É calculada mensalmente conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial do plano ou produto; e • A provisão de salvados e ressarcimentos de sinistros pendentes de liquidação financeira abrange os valores estimados de recuperação, calculados com base na experiência histórica observada. O valor calculado tem a finalidade de reduzir o saldo da PSL. **ii Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), que tem a finalidade de avaliar a suficiência das provisões de prêmios e de sinistros. Em 31 de dezembro de 2018, não foram apuradas insuficiências tanto nas provisões de prêmios, quanto de sinistros. **l) Benefícios a empregados:** Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: **i. Aposentadoria:** A Seguradora é patrocinadora da PrevSomp - Somp Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada da PrevYasuda - Yasuda Sociedade de Assistência e Previdência Complementar), que administra 4 (quatro) planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Dois deles são estruturados na modalidade de benefício definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão; e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada exercício. Em outubro de 2018 foi aprovado pela PREVIC através da portaria nº 943, a destinação da reserva especial (superávit) do plano de benefício II com reversão dos valores à patrocinadora no montante de R\$ 1.992 anteriormente provisionados no montante R\$ 5.331 impactando diretamente no patrimônio líquido da patrocinadora. O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial, uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas, pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial. Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), taxa de mortalidade, etc., sendo os planos de Benefício I e II pelo método de crédito unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de capitalização integral, onde em ambos o ativo ou passivo dos planos de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis correspondem ao valor presente da obrigação menos o valor justo dos ativos do respectivo plano, nos moldes do CPC 33 - Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados à novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a patrocinadora, de acordo com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. Os planos de benefícios mencionados acima estão demonstrados em nota explicativa nº 24. **ii. Benefícios de rescisão - pós-emprego:** A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual se subordina, concede, por um período limitado de tempo após a rescisão do contrato de trabalho, benefícios de seguro saúde. Esses benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora. **iii. Participação nos lucros e resultados (PLR):** A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera a distribuição em função de um plano interno de participação nos lucros e resultados, com respectiva concordância do Sindicato dos Seguritários, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. A definição das metas e os montantes de participação dos colaboradores nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por colaboradores das diversas áreas da Somp Seguros S.A. que se reúnem anualmente com representantes da Diretoria da Seguradora e do Sindicato dos Seguritários. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015, de acordo com a lei nº 13.169/2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável até 31/12/2018 quando os efeitos da lei perdem vigência. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal, do exercício calculado, com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da lei nº 13.169/15, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de

2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL (vide nota explicativa 8.a). A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido é revisada a cada data de balanço e reduzida na medida em que sua realização não seja provável. **n) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão ou um passivo somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável e divulgadas segundo o CPC 25. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. **o) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). Os créditos das contribuições para PIS e Cofins sobre os sinistros avisados e ainda não pagos, são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea à constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo dessas contribuições quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa nº 8). **4. Gestão de risco:** A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição, e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. **a) Estrutura de gerenciamento de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequação às normas internas e externas, dispo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. Tem o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Administração, a Seguradora tem o Comitê de Controle Interno como órgão de apoio vinculado à Diretoria Executiva, no âmbito da estrutura de governança corporativa. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como, a gestão do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e a disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética. **b) Risco operacional:** O gerenciamento do risco operacional é realizado pela área de gestão de riscos, compliance e controles internos visando a mitigação dos riscos de perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade são elaborados planos de ações específicos. Na mensuração qualitativa do risco operacional a Seguradora aplica a metodologia "Control Self Assessment", com intuito de avaliar aspectos relativos a controles, processos, riscos e cumprimento de objetivos, por meio de ciclos anuais. **c) Gestão de risco de seguro:** O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. A Seguradora observa se há acúmulo de riscos junto aos segurados e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Seguradora utiliza estratégias de verificação de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito satisfatório, que indique probabilidade de ruína minimizado. Para a minimização da volatilidade é efetuada a diversificação de risco, analisado o tipo do risco, observada a não concentração dos riscos nas diversas regiões e controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais seguimentos na gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma: (i) Automóvel: convencional, fracionado ou não, e supremo (para valores acima da média); (ii) Affinity: seguros simples e massificados; (iii) Transportes: nacional e internacional; (iv) Demais seguros de danos: massificados, especiais ou grandes riscos; e (v) Pessoas: vida individual e vida coletiva. A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação dos limites de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contêm um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

Dezembro de 2018 e 2017

Segmentos	Prêmios de seguros		Parcela ressegurada		Prêmios retidos		Prêmios retidos %	
	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017
Automóvel	790.004	(4.424)	785.580	32,29%	1.025.845	(7.646)	1.018.199	41,64%
Demais ramos elementares	1.768.360	(485.756)	1.282.604	52,72%	1.401.544	(339.147)	1.062.397	43,44%
Patrimoniais	918.539	(293.048)	625.491	25,71%	838.149	(217.840)	620.309	25,37%
Transportes	597.707	(146.170)	451.537	18,56%	353.877	(55.458)	298.419	12,20%
Rural	121.383	(17.801)	103.582	4,26%	101.772	(14.317)	87.455	3,58%
Responsabilidades	68.786	(4.551)	64.235	2,64%	62.443	(5.208)	57.235	2,34%
Outros	61.945	(24.186)	37.759	1,55%	45.303	(46.324)	(1.021)	(0,04)%
Pessoas	314.876	(14.478)	300.398	12,35%	300.137	(4.690)	295.447	12,08%
Pessoas coletivo	177.558	(13.164)	164.394	6,76%	175.640	(3.430)	172.210	7,04%
Pessoas individual	137.318	(1.314)	136.004	5,59%	124.497	(1.260)	123.237	5,04%
Subtotal	2.873.240	(504.658)	2.368.582	97,37%	2.727.526	(351.483)	2.376.043	97,16%
DPVAT	64.080	-	64.080	2,63%	69.464	-	69.464	2,84%
Total	2.937.320	(504.658)	2.432.662	100,00%	2.796.990	(351.483)	2.445.507	100,00%

Região	Auto-móvel		Pessoas		Total	
	res/DPVAT	res/DPVAT	res/DPVAT	res/DPVAT	res/DPVAT	res/DPVAT
Centro-Oeste	35.290	125.318	33.178	193.786	68.468	319.104
Nordeste	44.572	98.904	8.439	151.915	53.011	250.829
Norte	7.442	45.010	6.597	59.049	14.039	104.059
Sudeste	569.825	1.166.900	212.049	1.948.774	781.874	3.115.674
Sul	132.875	396.308	54.613	583.796	187.488	710.284
Total	790.004	1.832.440	314.876	2.937.320	1.104.963	4.042.284

d) Análise de sensibilidade da sinistralidade
A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora em 31 de dezembro de 2018.

	Piora de -15 p.p.s	Piora de -5 p.p.s	Cenário base (valores reais)	Melhora de +5 p.p.s	Melhora de +15 p.p.s
	Prêmios ganhos	2.830.245	2.830.245	2.830.245	2.830.245
Sinistros ocorridos	(2.101.495)	(1.818.470)	(1.676.958)	(1.535.446)	(1.252.421)
Índice de sinistralidade	(74,25)%	(64,25)%	(59,25)%	(54,25)%	(44,25)%
Impacto bruto	(424.537)	(141.512)	-	141.512	424.537
Impacto líquido de impostos	(233.495)	(77.832)	-	77.832	233.495

Composição por segmento	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Índices - %	
				Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel	899.626	(562.516)	(174.569)	(62,53)%	(19,40)%
Demais ramos elementares	1.633.860	(935.485)	(367.956)	(57,26)%	(22,52)%
Patrimonial	844.419	(597.146)	(207.818)	(70,72)%	(24,61)%
Transportes	523.422	(214.561)	(108.387)	(40,99)%	(20,71)%
DPVAT	63.768	(50.392)	(769)	(79,02)%	(1,21)%
Rural	107.443	(52.048)	(30.503)	(48,44)%	(28,39)%
Responsabilidades	59.807	(22.152)	(15.755)	(37,04)%	(26,34)%
Outros	35.001	814	(4.724)	2,33%	(13,50)%
Pessoas	296.759	(178.957)	(90.766)	(60,30)%	(30,59)%
Pessoas coletivo	172.393	(79.510)	(59.969)	(46,12)%	(34,79)%
Pessoas individual	124.366	(99.447)	(30.797)	(79,96)%	(24,76)%
Total	2.830.245	(1.676.958)	(633.291)	(59,25)%	(22,38)%

e) Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. **i. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco, sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimento quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

continua ->

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somp Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fluxo de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2018								
	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	36.747	-	-	-	-	-	-	36.747
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	592.062	-	-	-	-	-	-	592.062
Título de renda fixa privado	592.062	-	-	-	-	-	-	592.062
Ativos financeiros disponíveis para a venda	2.373	305.862	18.394	6.379	73.989	286.195	-	693.192
Título de renda fixa público	-	297.684	-	-	42.236	286.195	-	626.115
Título de renda fixa privado	2.373	8.178	18.394	6.379	31.753	-	-	67.077
Créditos das operações com seguros e resseguros	879.763	179.596	75.731	20.886	15.801	710	-	1.172.487
Prêmios a receber de segurado - a decorrer	190.439	2.894	1.319	380	10	-	-	195.042
Prêmios a receber de segurado - decorridos	487.230	176.702	74.412	20.506	15.791	710	-	775.351
Operações com segurados	44.392	-	-	-	-	-	-	44.392
Operações com resseguradoras	109.034	-	-	-	-	-	-	109.034
Outros créditos operacionais	48.668	-	-	-	-	-	-	48.668
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	337.210	166.024	83.399	162.979	51.890	-	801.502
Títulos e créditos a receber	26.954	-	-	-	-	-	288.274	315.228
Títulos e créditos a receber	18.308	-	-	-	-	-	-	18.308
Outros créditos	8.646	-	-	-	-	-	-	8.646
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	197.141	197.141
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	91.133	91.133
Outros valores e bens	24.369	-	-	-	-	-	-	24.369
Bens à venda	21.651	-	-	-	-	-	-	21.651
Outros valores e bens	2.718	-	-	-	-	-	-	2.718
Custos de aquisição diferidos	123.649	71.560	39.543	15.658	15.147	435	-	265.992
Empréstimos e depósitos compulsórios	105	-	-	-	-	-	-	105
Total dos ativos financeiros	1.686.022	894.228	299.692	126.322	267.916	339.230	288.274	3.901.684
Provisões técnicas	857.399	437.938	244.882	165.235	495.284	248.606	-	2.449.344
Passivos financeiros	773.197	10.061	4.247	142	419	3.656	158.985	950.707
Impostos e encargos sociais a recolher	70.806	-	-	-	-	-	-	70.806
Outras contas a pagar	84.658	-	-	-	-	-	-	84.658
Débitos das operações com seguros e resseguros	565.499	9.354	3.595	-	396	3.488	10.442	592.774
Encargos trabalhistas	19.926	-	-	-	-	-	-	19.926
Depósitos de terceiros	32.308	707	652	142	23	168	-	34.000
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	148.543	148.543
Total dos passivos financeiros	1.630.596	447.999	249.129	165.377	495.703	252.262	158.985	3.400.051

Embora haja um descasamento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda e possuem liquidez imediata. **ii. Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares, levam em consideração: a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são: vida em grupo, garantia e transporte. Os mesmos são substancialmente reduzidos (e considerada como baixa) quando, em certos casos, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2018 distribuídos por *rating* de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria *sem rating* compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Ativos financeiros/ <i>rating</i>	Posição em 31 de Dezembro de 2018				Total
	AAA	AA	A	Sem <i>rating</i>	
A valor justo por meio do resultado	511.495	80.567	-	-	592.062
Título de renda fixa privado	511.495	80.567	-	-	592.062
Disponíveis para a venda	648.951	36.781	7.460	-	693.192
Título de renda fixa público	626.115	-	-	-	626.115
Título de renda fixa privado	22.836	36.781	7.460	-	67.077
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	36.747	36.747
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	970.393	970.393
Total do circulante e não circulante	1.160.446	117.348	7.460	1.007.140	2.292.394

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

	Posição em 31 de Dezembro de 2018						Saldo contábil 31/12/2018
	Ativos não vencidos e não deteriorados	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda	
Valor justo por meio do resultado	592.062	-	-	-	-	-	592.062
Título de renda fixa privado	592.062	-	-	-	-	-	592.062
Disponíveis para a venda	693.192	-	-	-	-	-	693.192
Título de renda fixa público	626.115	-	-	-	-	-	626.115
Título de renda fixa privado	67.077	-	-	-	-	-	67.077
Empréstimos e recebíveis	854.110	83.562	13.464	14.267	10.721	(5.731)	970.393
Prêmios a receber de segurados	854.110	83.562	13.464	14.267	10.721	(5.731)	970.393
Caixa e equivalentes de caixa	36.747	-	-	-	-	-	36.747
Total do circulante e não circulante	2.176.111	83.562	13.464	14.267	10.721	(5.731)	2.292.394

Cessão de resseguro: Para o gerenciamento do risco de crédito utilizando os mecanismos de transferência de risco através de resseguro, há norma específica e que conta com parâmetros para negociações com a contraparte fundamentados em *ratings* de agências classificadoras externas. São privilegiados os resseguradores cuja classificação de *rating* seja A ou superior em negócios com vigência de até 12 meses (*short tail*) e *rating* A+ ou superior em negócios com vigência maior que 12 meses (*long tail*), para garantir que a mitigação dos riscos de seguros e de crédito sejam alcançados. Para obtenção de segurança jurídica, através da norma específica, há

b) Resumo das aplicações:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Dezembro de 2018							
	Taxa Contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima de 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		592.062	-	-	592.062	-	-	592.062
Ativos financeiros disponíveis para venda		333.008	35.316	324.868	693.331	(139)	626.115	67.077
Títulos públicos federais - LFT/NTN-B e NTN-F	100% Selic (LFT) 8,76% a.a. até 8,79% a.a. (NTN-F)	297.683	29.207	299.225	626.528	(413)	626.115	-
Títulos privados - letras financeiras - LF	IPCA+2,15% até IPCA+5,20% (NTN-B) 103,5% até 111% CDI (LF) 8,05% a.a. até 9,10% a.a. (LF)	20.672	2.114	8.631	31.311	106	-	31.417
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	90% até 109% CDI (CDB) 7% a.a. até 8,10% a.a. (CDB)	14.653	897	-	15.498	52	-	15.550
Títulos privados - debênture - DEB	113% CDI	-	3.098	17.012	19.994	116	-	20.110
Total		925.070	35.316	324.868	1.285.393	(139)	626.115	659.139

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Dezembro de 2017							
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima de 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		445.314	1.922	-	447.236	-	1.922	445.314
Ativos financeiros disponíveis para venda		173.982	47.574	742.096	968.053	(4.401)	825.771	137.881
Títulos públicos federais LFT/LTN e NTN-B	100% Selic (LFT) 8,47% a.a. até 16% a.a. (LTN)	59.446	24.229	742.096	830.258	(4.487)	825.771	-
Títulos privados - letras financeiras - LF	IPCA+4,25% a.a. até IPCA+6,60% a.a. (NTN-B)	82.374	22.500	-	104.760	114	-	104.874
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	104% até 113% CDI IPCA+4,25% a.a. 90% até 112% CDI (CDB) 14,44% a.a. até 16,04% CDI (CDB)	23.521	845	-	24.349	17	-	24.366
Títulos privados - debênture - DEB	124,1% CDI	8.641	-	-	8.686	(45)	-	8.641
Total		619.296	49.496	742.096	1.415.289	(4.401)	827.693	583.195

parâmetros de revisão de contratos de resseguro para garantir que os termos e condições sejam documentados de forma idônea, sem defeitos ou vícios de consentimento. São exigidas evidências formais de conhecimento prévio e por escrito dos termos e condições negociais, sem mal-entendidos ou desconhecimento dos riscos financeiros envolvidos. **Gerenciamento de risco de crédito:** A fim de diminuir o risco relacionado a recuperabilidade dos créditos da operação de resseguro, a Seguradora revisa anualmente as estruturas dos contratos de resseguro e controla o *aging* de recuperação de sinistros. A tabela a seguir demonstra os recebíveis de resseguro detidos pela Seguradora, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contraparte. O *rating* foi atribuído pela agência de classificação de risco Fitch:

Classe	Categoria de risco	2018	2017
Local	A	9.744	4.777
Local	A-	63.564	31.299
Local	A+	10.575	9.611
Local	B++	6.045	2.999
Local	BBB+	973	541
Admitida	A	6.930	5.609
Admitida	A+	8.094	5.114
Admitida	A+u	-	30
Admitida	A++	1.604	713
Admitida	AA-	1.294	-
Eventual	A	60	52
Eventual	A-	1	60
Eventual	A+	64	185
Eventual	A++	86	-
Eventual	AA++	-	79
Total geral		109.034	61.069

iii. Gestão de risco de mercado: A Somp Seguros S.A. utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress*, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (*Value at Risk*), a Seguradora utiliza como limite 0,5% ao dia, com 99% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2018, a perda máxima potencial é de 0,04% do valor total da carteira de investimentos. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e, havendo um momento de *stress* que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio líquido da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas prefixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tendem a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos de mercado sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e os disponíveis para venda levando em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis, e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio da Seguradora. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros, inflação e IBOVESPA.

Classes	Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 31 de dezembro de 2018/R\$ MIL				
	Premissas 2018/2019	Resultados abrangentes	Resultado do exercício	Resultados abrangentes	Resultado do exercício
Letra financeira (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	1	719	(1)	(706)
Debêntures (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	1	478	(1)	(469)
Letras financeiras do tesouro (LFT) pós	200 bps na taxa de juros	-	5.960	-	(5.852)
Notas do tesouro nacional (NTN-B) IPCA	1 p.p. da inflação	(2)	3.737	2	(3.704)
CDB (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	1	352	(1)	(346)
Fundos de investimentos	200 bps na taxa de juros	-	13.467	-	(13.210)
renda fixa (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	-	13.467	-	(13.210)
Total		1	24.713	(1)	(24.287)

f) Gestão de risco de capital: O capital mínimo requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da seguradora é composto por 4 riscos: subscrição, crédito, operacional e mercado. Os capitais são calculados individualmente e mensalmente, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado. A suficiência do CMR, ocorre quando o patrimônio líquido ajustado total (PLA total) for maior que o CMR, demonstrando que a seguradora tem suficiência para garantia dos riscos assumidos. A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõe o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Patrimônio líquido contábil	1.235.615	1.188.646
(-) Participação direta e indireta	(215.253)	(191.036)
(-) Despesa antecipada	(11.130)	(14.211)
(-) Créditos tributários e prejuízos fiscais	(18.348)	(21.978)
(-) Ativos intangíveis	(418.321)	(355.596)
(-) Obras de arte	(13)	(13)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(3.882)	-
50% dos intangíveis referente a contratos de ponto de venda	4.802	5.947
Patrimônio líquido ajustado (PLA) contábil	573.470	611.759
Superavit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	785	956
Superavit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contingências registradas	2.425	13.023
Patrimônio líquido ajustado (PLA) econômico	576.680	625.738
Capital adicional baseado no risco de subscrição	401.762	461.712
Capital adicional baseado no risco de crédito	67.813	62.908
Correlação	(38.259)	(57.768)
Capital de risco operacional	17.715	18.991
Capital de risco de mercado	11.503	44.050
Soma do capital base com capital adicional	460.534	429.893
Suficiência de capital (PLA - CMR)	116.146	195.845
Suficiência de ativos garantidores	103.583	184.869
(-) 20% do capital mínimo requerido (CMR)	(91.950)	(85.787)
(=) Liquidez em relação ao CMR	11.633	99.082
% Liquidez em relação ao CMR	22,49%	

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Movimentação das aplicações:

	Saldo em 31/12/17	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/18
Valor justo por meio do resultado	447.236	484.097	(364.286)	25.015	–	592.062
Títulos públicos federais - LFT e LTN	1.922	–	(1.942)	20	–	–
Quotas de fundos de investimentos abertos	445.314	484.097	(362.344)	24.995	–	592.062
Disponíveis para venda	963.652	3.058.258	(3.409.748)	76.768	4.262	693.192
Títulos privados - CDB e letras financeiras	129.240	25.080	(111.877)	4.497	27	46.967
Títulos privados - Debêntures	8.641	37.019	(28.121)	2.410	161	20.110
Títulos públicos federais - LFT/LTN/NTN-B e NTN-F	825.771	2.996.159	(3.269.750)	69.861	4.074	626.115
Total	1.410.888	3.542.355	(3.774.034)	101.781	4.262	1.285.254

c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em 2018, o desempenho da carteira de investimentos atingiu 7,78% no acumulado do ano, representando 121,2% do CDI (6,42%), apresentando um aumento de performance de + 1,5 p.p. em relação ao ano anterior. A variação acumulada do CDI de 2017 foi de 9,93%, no mesmo período o desempenho da carteira foi de 11,86% no ano, representando 119,5% do CDI.

6. Créditos das operações com seguros e resseguros:**a) Prêmios a receber de segurados:**

	2018			2017				
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcela	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcela
Automóvel	198.937	(786)	198.151	4	246.270	(1.340)	244.930	4
Patrimonial	319.787	(306)	319.481	3	256.533	(946)	255.587	3
Transportes	283.819	(719)	283.100	2	157.706	(4.156)	153.550	5
Pessoas	107.443	(3.313)	104.130	3	89.621	(3.435)	86.186	5
Rural	21.466	(32)	21.434	3	18.716	(88)	18.628	3
Responsabilidades	19.887	(26)	19.861	3	15.453	(283)	15.170	3
Riscos financeiros	17.878	(546)	17.332	1	3.536	(419)	3.117	3
Demais ramos	6.907	(3)	6.904	2	24.700	–	24.700	3
Total	976.124	(5.731)	970.393		812.535	(10.667)	801.868	

b) Aging de prêmios a receber:

	2018	2017
Prêmios a vencer	854.110	717.955
De 1 a 30 dias	360.614	340.273
De 31 a 60 dias	162.799	146.522
De 61 a 120 dias	179.297	138.516
De 121 a 180 dias	67.372	46.193
De 181 a 365 dias	72.121	46.266
Superior a 365 dias	11.907	185
Prêmios vencidos	122.013	94.580
De 1 a 30 dias	69.058	58.465
De 31 a 60 dias	6.466	6.020
De 61 a 120 dias	12.195	11.801
De 121 a 180 dias	9.306	12.868
De 181 a 365 dias	14.267	1.749
Superior a 365 dias	10.721	3.677
Subtotal do circulante e não circulante	976.124	812.535
Provisão para redução ao valor recuperável	(5.731)	(10.667)
Total do circulante e não circulante	970.393	801.868

7. Ativos de resseguros e operações com resseguradora:**Composição dos ativos de resseguro**

	2018	2017
Sinistros a recuperar	556.535	236.095
Sinistros administrativos pendentes de liquidação (*)	430.983	145.279
Sinistros em discussão judicial	16.487	29.655
Sinistros pagos	109.065	61.161
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	9.937	5.702
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(31)	(92)
Subtotal	566.441	241.705
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas	326.630	223.734
Prêmios de resseguros diferidos das apólices não emitidas	17.465	14.373
Subtotal	344.095	238.107
Total do circulante e não circulante	910.536	479.812

(*) Em maio de 2018, a seguradora foi avisada de um sinistro no ramo de riscos nomeados e operacionais, no montante de R\$ 339.973 com retenção de 1,19%. O processo de regulação está em andamento e todos os efeitos foram contabilizados no balanço (vide nota 16 e 21e ii).

8. Créditos tributários e previdenciários:**Créditos tributários e previdenciários:**

	2018	2017
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 8.a)	57.288	54.507
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 8.b)	18.348	21.978
Créditos de PIS e Cofins	21.730	23.285
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.822	1.296
Outros créditos tributários	8.954	9.378
Total do circulante e não circulante	112.142	110.444
(-) Tributos diferidos passivo	(21.009)	(17.535)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	–	(4.198)
Total do circulante e não circulante	91.133	88.711

Movimentação de créditos tributários e previdenciários:

	Saldo em 1º/01/2017	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.893	613	(5.210)	1.296	9.011	(4.485)	5.822
Créditos de PIS e Cofins	17.717	10.169	(4.601)	23.285	1.116	(2.671)	21.730
Créditos tributários de diferenças temporárias	72.740	4.376	(22.609)	54.507	13.613	(10.832)	57.288
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	24.142	–	(2.164)	21.978	8.134	(11.764)	18.348
Outros	9.870	7.243	(7.735)	9.378	21.616	(22.040)	8.954
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.107)	2.107	–	–	–	–	–
Provisão para IRPJ e CSLL	–	(4.198)	–	(4.198)	–	4.198	–
(-) Tributos diferido passivo	(12.287)	(10.550)	5.302	(17.535)	(6.288)	2.814	(21.009)
Total	115.968	9.760	(37.017)	88.711	47.202	(44.780)	91.133

(*) A Somo Seguros S.A., em conformidade com CPC 4 e CPC 23, revisou de forma prospectiva as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" de forma a refletir a adequada vida útil destes ativos que, baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões de amortização no resultado da Seguradora (vide nota explicativa 3h).

a) Créditos tributários de diferenças temporárias:

	2018			
Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	110.653	27.663	16.598	44.261
Provisões cíveis	7.513	1.878	1.127	3.005
Provisão para riscos sobre créditos	7.737	1.934	1.161	3.095
Provisão para valor recuperável de salvados	1.312	328	197	525
Provisões trabalhistas	7.952	1.988	1.193	3.181
Provisão para participação nos lucros	19.824	4.956	2.974	7.930
Provisão amortização de projetos	(19.757)	(4.939)	(2.964)	(7.903)
Outras provisões	2.042	510	306	816
Price Purchase Allocation (PPA)	5.284	1.321	1.057	2.378
Total do circulante e não circulante	142.560	35.639	21.649	57.288
(-) Tributos diferidos	(52.521)	(13.131)	(7.878)	(21.009)
Total do circulante e não circulante	90.039	22.508	13.771	36.279

	2017				
Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	CSLL 5%*	Total
Provisões fiscais	107.268	26.817	16.090	5.363	48.270
Provisões cíveis	8.827	2.207	1.324	150	3.681
Provisão para riscos sobre créditos	12.505	3.126	1.876	625	5.627
Provisão para valor recuperável de salvados	2.250	563	338	113	1.014
Provisões trabalhistas	6.292	1.573	944	185	2.702
Provisão para participação nos lucros	18.443	4.611	2.767	922	8.300
Provisão amortização de projetos	(46.293)	(11.573)	(6.944)	(316)	(18.833)
Outras provisões	2.065	516	310	103	929
Price Purchase Allocation (PPA)	6.259	1.565	939	313	2.817
Total do circulante e não circulante	117.616	29.405	17.644	7.458	54.507
(-) Tributos diferidos	(38.351)	(9.588)	(5.753)	(2.194)	(17.535)
Total do circulante e não circulante	79.265	19.817	11.891	5.264	36.972

(*) A Seguradora aplicou a majoração de 5% da CSLL em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferidos e bases negativas da CSLL no ano de 2016 (R\$ 5.873), com efeito de adequação das contingências cíveis de R\$ 236 em 2017. Em dezembro de 2018 a seguradora reverteu o efeito dos 5% da CSLL em seus créditos temporários, tributos diferidos e bases negativas no montante de R\$ 7.139 conforme determinação da lei 13.169/15. **b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social:** A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

Origem dos créditos tributários de prejuízos fiscais:

Ano da constituição do crédito	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL	
	Base de cálculo	Crédito tributário de prejuízos fiscais	Base de cálculo	Crédito tributário sobre base negativa CSLL
2009	42.168	10.542	32.361	4.854
2014	7.379	1.845	7.379	1.107
Total	49.547	12.387	39.740	5.961

c) Cronograma de realização dos créditos tributários:

	Prejuízos fiscais	Base negativa de CSLL	Saldo final do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.387	5.961	18.348
2019	(4.535)	(2.721)	11.092
2020	(6.773)	(3.240)	1.079
2021	(1.079)	–	–
2022	–	–	–

9. Bens à venda - (salvados):**a) Composição do estoque:**

	2018			2017		
	Salvados à venda	Redução de valor recuperável	Salvados à venda líquido	Salvados à venda	Redução ao valor recuperável	Salvados à venda líquido
Automóvel	17.025	(988)	16.037	22.727	(1.770)	20.957
Responsabilidade civil facultativa	3.190	(137)	3.053	2.221	(112)	2.109
Demais ramos	2.748	(187)	2.561	2.680	(368)	2.312
Total	22.963	(1.312)	21.651	27.628	(2.250)	25.378

b) Aging de salvados:

	2018			2017		
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável *	Valor líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	7.412	–	7.412	10.683	–	10.683
De 31 a 60 dias	3.537	–	3.537	4.438	–	4.438
De 61 a 180 dias	5.068	–	5.068	4.696	–	4.696
De 181 a 365 dias	1.842	(495)	1.347	1.827	(406)	1.421
Superior a 365 dias	5.104	(817)	4.287	5.984	(1.844)	4.140
Total	22.963	(1.312)	21.651	27.628	(2.250)	25.378

10. Custos de aquisição diferidos: Compreendem as comissões relativas a aquisição de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

	2018			2017		
	Saldo inicial	Consti-tuição	Saldo final	Saldo inicial	Consti-tuição	Saldo final
Automóvel	90.464	1.321	(21.847)	69.938	97.040	11.452
Demais ramos	17.858	13.748	(587)	31.019	14.071	4.669
Patrimonial	100.832	11.280	(8.010)	104.102	101.196	7.032
Pessoas	22.500	11.516	(7.788)	26.228	16.449	17.392
Responsabilidades	6.736	1.980	(111)	8.605	7.398	1.011
Transportes	14.137	20.546	(8.583)	26.100	4.699	10.625
Total	252.527	60.391	(46.926)	265.992	240.853	52.181
Saldos						
Circulante						249.015
Não circulante						16.997
Total						265.992

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

11. Depósitos judiciais e fiscais:**Detalhamento de depósitos judiciais**

	2018	2017
Fiscais	182.963	178.663
Trabalhistas	2.922	2.314
Cíveis	3.800	6.806
Sinistros	7.456	13.535
Total	197.141	201.318

12. Investimentos:

a) Investimentos Controladas: Refere-se à participação detida no capital das controladas Somo Saúde Seguros S.A. e Somo Services Gestão de Riscos e Vitoria Ltda..

→☆continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. Provisões técnicas:

	2018		
	Bruto de resseguro(*)	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.322.917	344.095	978.822
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL) (*)	635.207	429.104	206.103
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo DPVAT	5.081	-	5.081
Provisão de sinistros a liquidar - judicial DPVAT	21.256	-	21.256
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	134.472	15.532	118.940
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	96.106	9.937	86.169
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - DPVAT	215.900	-	215.900
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	9.821	1.879	7.942
Provisão de despesas relacionadas - judicial	8.551	955	7.596
Outras provisões	34	-	34
Total do circulante e não circulante	2.449.344	801.502	1.647.842

(*) Em maio de 2018, a seguradora foi avisada de um sinistro no ramo de riscos nomeados e operacionais, no montante de R\$ 339.973 com retenção de 1,19%. O processo de regulação está em andamento e todos os efeitos foram contabilizados no balanço (vide nota 7 e 21e ii).

	2017		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.214.528	238.107	976.421
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	386.409	144.766	241.643
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo DPVAT	5.331	-	5.331
Provisão de sinistros a liquidar - judicial DPVAT	24.845	-	24.845
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	159.265	27.068	131.695
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	82.086	5.702	76.384
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - DPVAT	199.318	-	199.318
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	9.300	513	8.787
Provisão de despesas relacionadas - judicial	11.246	2.086	9.160
Outras provisões	63	-	63
Total do circulante e não circulante	2.092.391	418.743	1.673.648

a) Movimentação da provisão de sinistros em discussão judicial sem DPVAT:

	2018		2017	
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada
Saldo do início do exercício	170.511	29.655	200.587	35.452
Total pago no período	(53.974)	(8.231)	(29.715)	(1.281)
Novas constituições no período	87.780	6.360	55.508	3.131
Baixa da provisão por êxito	(9.055)	(468)	(42.572)	(4.384)
Baixa da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	(37.622)	(2.792)	(2.459)	(1.762)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(14.617)	(8.037)	(10.838)	(1.501)
Saldo final do exercício	143.023	16.487	170.511	29.655

d) Desenvolvimento de sinistros:

Valores em milhares

Bruto do efeito de resseguro administrativo

Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	580.882	611.862	798.586	863.358	941.619	1.279.935	1.109.312	1.235.346	1.399.595	1.502.188	-
Após um ano	578.070	644.789	766.081	843.693	925.899	1.222.773	1.148.740	1.243.156	1.452.776	-	-
Após dois anos	580.485	638.553	751.973	837.408	927.236	1.214.485	1.131.954	1.247.810	-	-	-
Após três anos	579.444	635.915	751.469	839.478	923.064	1.215.324	1.132.955	-	-	-	-
Após quatro anos	578.507	636.702	752.017	838.403	923.512	1.216.611	-	-	-	-	-
Após cinco anos	578.174	637.082	751.740	838.997	923.734	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	578.187	636.811	752.072	839.125	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	577.710	638.511	752.104	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	577.745	638.557	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	577.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2018	577.707	638.557	752.104	839.125	923.734	1.216.611	1.132.955	1.247.810	1.452.776	1.502.188	10.283.568
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(428.626)	(450.793)	(517.075)	(591.648)	(597.970)	(844.934)	(796.196)	(837.718)	(955.173)	(825.191)	-
Após um ano	(564.887)	(610.768)	(730.775)	(817.606)	(895.697)	(1.178.724)	(1.097.422)	(1.209.855)	(1.407.683)	-	-
Após dois anos	(574.234)	(624.373)	(747.277)	(831.721)	(918.371)	(1.208.794)	(1.120.278)	(1.238.435)	-	-	-
Após três anos	(575.748)	(634.203)	(749.715)	(835.418)	(922.254)	(1.214.136)	(1.123.853)	-	-	-	-
Após quatro anos	(577.244)	(635.856)	(750.907)	(837.041)	(923.268)	(1.216.033)	-	-	-	-	-
Após cinco anos	(577.517)	(636.551)	(751.703)	(837.735)	(923.455)	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	(577.575)	(636.791)	(751.794)	(838.079)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(577.702)	(638.477)	(752.041)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(577.707)	(638.522)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	(577.676)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2018	(577.676)	(638.522)	(752.041)	(838.079)	(923.455)	(1.216.033)	(1.123.853)	(1.238.435)	(1.407.683)	(825.191)	(9.540.068)
Variação entre estimativa inicial e final	3.175	(26.695)	46.482	24.233	17.886	63.324	(23.643)	(12.463)	(53.182)	-	-
% de variação entre estimativa inicial e final	1%	-4%	6%	3%	2%	5%	-2%	-1%	-4%	-	-
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	31	35	63	1.046	279	578	9.102	9.375	45.094	676.997	742.600
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											962.115
				Subtotal diferença	Salvado estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(219.515)	(21.886)	3.668	221.989	15.651	(19)	112	-

Valores em milhares

Bruto do efeito de resseguro judicial

Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	745	992	1.344	4.673	2.771	3.070	3.855	1.865	4.288	2.252	-
Após um ano	6.823	7.475	12.356	23.290	13.198	16.777	15.879	10.314	15.837	-	-
Após dois anos	13.143	14.042	21.529	28.395	23.041	27.916	19.440	16.023	-	-	-
Após três anos	17.793	16.861	24.653	34.484	26.633	27.505	26.521	-	-	-	-
Após quatro anos	20.819	19.022	29.328	37.879	28.532	31.298	-	-	-	-	-
Após cinco anos	23.565	20.873	30.109	33.675	28.596	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	24.411	23.558	28.722	36.806	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	23.589	22.086	31.394	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	21.522	24.615	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	21.375	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2018	21.375	24.615	31.394	36.806	28.596	31.298	26.521	16.023	15.837	2.252	234.717
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(77)	(92)	(473)	(194)	(567)	(743)	(511)	(307)	(524)	(737)	-
Após um ano	(503)	(517)	(4.253)	(2.095)	(2.395)	(2.647)	(3.920)	(1.956)	(4.489)	-	-
Após dois anos	(3.594)	(1.556)	(5.863)	(4.356)	(5.904)	(5.944)	(7.838)	(5.830)	-	-	-
Após três anos	(4.581)	(3.636)	(9.207)	(8.078)	(8.353)	(9.470)	(13.025)	-	-	-	-
Após quatro anos	(5.974)	(5.328)	(11.720)	(11.617)	(13.642)	(14.391)	-	-	-	-	-
Após cinco anos	(9.439)	(9.143)	(14.874)	(14.692)	(16.979)	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	(10.838)	(11.253)	(16.265)	(22.406)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(12.037)	(13.313)	(21.821)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(13.068)	(15.943)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	(15.440)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2018	(15.440)	(15.943)	(21.821)	(22.406)	(16.979)	(14.391)	(13.025)	(5.830)	(4.489)	(737)	(131.060)
Variação entre estimativa inicial e final	(20.630)	(23.623)	(30.050)	(32.133)	(25.825)	(28.227)	(22.666)	(14.158)	(11.549)	-	-
% de variação entre estimativa inicial e final	-134%	-148%	-138%	-143%	-152%	-196%	-174%	-243%	-257%	-	-
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	5.935	8.671	9.573	14.400	11.618	16.907	13.496	10.193	11.349	1.515	103.658
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											164.278
				Subtotal diferença	Salvado estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(60.620)	-	-	21.255	-	-	39.365	-

continua →☆

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valores em milhares												
Líquido do efeito de resseguro administrativo												
Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
Incorrido mais IBNR												
No final do ano de ocorrência	484.955	556.663	695.969	803.885	880.307	1.176.590	1.037.736	1.080.886	1.163.414	994.088	–	
Após um ano	493.637	581.375	673.474	790.313	863.333	1.147.737	1.032.693	1.101.070	1.199.021	–	–	
Após dois anos	493.776	579.543	670.274	782.262	866.759	1.142.137	1.033.055	1.107.254	–	–	–	
Após três anos	493.005	579.220	669.770	783.904	865.537	1.143.402	1.034.154	–	–	–	–	
Após quatro anos	492.506	579.907	670.334	783.606	866.055	1.144.696	–	–	–	–	–	
Após cinco anos	492.308	580.075	670.142	784.051	866.380	–	–	–	–	–	–	
Após seis anos	492.322	579.813	670.477	784.361	–	–	–	–	–	–	–	
Após sete anos	491.846	580.076	670.487	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após oito anos	491.887	580.122	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após nove anos	491.862	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2018	491.862	580.122	670.487	784.361	866.380	1.144.696	1.034.154	1.107.254	1.199.021	994.088	8.872.425	
Pagamentos de sinistros												
No próprio ano	(378.351)	(430.466)	(487.980)	(571.000)	(578.238)	(828.795)	(756.572)	(802.347)	(844.561)	(725.784)	–	
Após um ano	(482.033)	(567.012)	(656.475)	(767.439)	(843.755)	(1.123.542)	(1.016.443)	(1.084.828)	(1.176.424)	–	–	
Após dois anos	(488.584)	(574.067)	(665.870)	(778.426)	(861.588)	(1.139.214)	(1.028.632)	(1.099.914)	–	–	–	
Após três anos	(489.943)	(577.719)	(668.216)	(781.701)	(864.909)	(1.142.274)	(1.031.804)	–	–	–	–	
Após quatro anos	(491.387)	(579.090)	(669.339)	(783.239)	(865.812)	(1.144.133)	–	–	–	–	–	
Após cinco anos	(491.656)	(579.574)	(670.108)	(783.864)	(866.112)	–	–	–	–	–	–	
Após seis anos	(491.711)	(579.794)	(670.199)	(784.209)	–	–	–	–	–	–	–	
Após sete anos	(491.840)	(580.043)	(670.446)	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após oito anos	(491.849)	(580.087)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após nove anos	(491.831)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2018	(491.831)	(580.087)	(670.446)	(784.209)	(866.112)	(1.144.133)	(1.031.804)	(1.099.914)	(1.176.424)	(725.784)	(8.570.744)	
Varição entre estimativa inicial e final	(6.907)	(23.459)	25.482	19.525	13.927	31.894	3.582	(26.368)	(35.608)	–	–	
% de variação entre estimativa inicial e final	-1%	-4%	4%	2%	2%	3%	0%	-2%	-3%	–	–	
Reconciliação com o balanço patrimonial												
Provisão referente a períodos anteriores	31	35	42	151	268	563	2.350	7.339	22.597	268.304	301.680	
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											521.194	
					Subtotal diferença	Salvado estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
					(219.514)	(21.886)	3.668	221.989	15.651	(19)	111	–
Valores em milhares												
Líquido do efeito de resseguro judicial												
Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
Incorrido mais IBNR												
No final do ano de ocorrência	650	917	1.287	4.591	2.495	2.415	3.713	1.748	4.101	1.973	–	
Após um ano	6.492	6.427	10.017	17.871	11.702	15.054	15.446	9.999	14.341	–	–	
Após dois anos	11.525	11.911	17.938	25.045	21.416	25.622	19.149	15.487	–	–	–	
Após três anos	15.351	14.406	20.422	29.984	24.944	25.961	26.127	–	–	–	–	
Após quatro anos	17.886	16.512	24.639	32.500	26.887	29.847	–	–	–	–	–	
Após cinco anos	20.815	18.837	24.995	30.597	27.350	–	–	–	–	–	–	
Após seis anos	21.392	21.323	25.060	31.192	–	–	–	–	–	–	–	
Após sete anos	21.808	19.875	25.786	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após oito anos	19.341	22.231	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após nove anos	19.651	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2018	19.651	22.231	25.786	31.192	27.350	29.847	26.127	15.487	14.341	1.973	213.984	
Pagamentos de sinistros												
No próprio ano	(77)	(91)	(470)	(193)	(530)	(364)	(508)	(307)	(524)	(548)	–	
Após um ano	(501)	(515)	(2.327)	(2.020)	(2.309)	(2.228)	(3.808)	(1.951)	(3.372)	–	–	
Após dois anos	(3.591)	(1.549)	(3.867)	(3.845)	(5.583)	(5.399)	(7.725)	(5.698)	–	–	–	
Após três anos	(4.565)	(3.614)	(7.182)	(7.374)	(8.089)	(8.847)	(12.791)	–	–	–	–	
Após quatro anos	(5.920)	(5.131)	(9.646)	(10.851)	(13.190)	(13.624)	–	–	–	–	–	
Após cinco anos	(9.121)	(8.723)	(12.366)	(13.429)	(16.409)	–	–	–	–	–	–	
Após seis anos	(10.480)	(10.818)	(13.736)	(18.929)	–	–	–	–	–	–	–	
Após sete anos	(11.524)	(12.729)	(17.603)	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após oito anos	(12.479)	(14.520)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Após nove anos	(14.141)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2018	(14.141)	(14.520)	(17.603)	(18.929)	(16.409)	(13.624)	(12.791)	(5.698)	(3.372)	(548)	(117.636)	
Varição entre estimativa inicial e final	(19.001)	(21.314)	(24.499)	(26.601)	(24.854)	(27.432)	(22.413)	(13.739)	(10.240)	–	–	
% de variação entre estimativa inicial e final	-134%	-147%	-139%	-141%	-151%	-201%	-175%	-241%	-304%	–	–	
Reconciliação com o balanço patrimonial												
Provisão referente a períodos anteriores	5.510	7.711	8.183	12.263	10.941	16.223	13.335	9.788	10.969	1.425	96.349	
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											147.792	
					Subtotal diferença	Salvado estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
					(51.443)	–	–	21.255	–	–	30.188	–

17. Débitos das operações com resseguradoras: Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Sem vencimento	7.357	3.085	–	10.442	17.554	9.263	–	26.817
De 1 a 30 dias	301.658	33.200	2.015	336.873	73.803	12.473	458	86.734
De 31 a 60 dias	6.692	3.544	249	10.485	8.848	12.222	225	21.295
De 61 a 180 dias	23.550	10.131	2.030	35.711	94.470	14.841	136	109.447
De 181 a 365 dias	2.643	941	11	3.595	7.743	3.409	76	11.228
Superior a 365 dias	–	–	–	–	612	263	–	875
Total	341.900	50.901	4.305	397.106	203.030	52.471	895	256.396

18. Depósitos de terceiros:

	Cobrança antecipada de prêmios		Prêmios e emolumentos		depósitos(*)		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
De 1 a 30 dias	5.262	3.235	2.252	497	13.584	17.459	21.098
De 31 a 60 dias	77	262	9.044	–	1.236	948	10.357
De 61 a 120 dias	4	166	794	655	–	464	798
De 121 a 180 dias	–	1.226	553	–	–	52	553
De 181 a 365 dias	2	501	1.184	2.288	–	–	1.186
Superior a 365 dias	8	–	–	–	–	–	8
Total	5.353	5.390	13.827	3.440	14.820	18.923	34.000

(*) Principalmente créditos de resseguradores e congêneres a identificar.

19. Provisões judiciais:

a) Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco:

	2018			2017		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
Fiscais						
Perda provável	6	130.863	130.863	6	127.478	127.478
Perda possível	4	33.412	–	4	33.819	–
Total	10	164.275	130.863	10	161.297	127.478
Cíveis						
Perda provável	148	8.562	8.562	247	10.096	10.096
Perda possível	515	18.466	–	530	23.115	–
Perda remota	1.286	31.410	–	1.547	46.858	–
Total	1.949	58.438	8.562	2.324	80.069	10.096
Trabalhistas						
Perda provável	48	9.118	9.118	54	7.625	7.625
Perda possível	60	27.004	–	93	48.952	–
Perda remota	11	1	–	2	–	–
Total	119	36.123	9.118	149	56.577	7.625
Total geral						
Perda provável	202	148.543	148.543	307	145.199	145.199
Perda possível	579	78.882	–	627	105.886	–
Perda remota	1.297	31.411	–	1.549	46.858	–
Total	2.078	258.836	148.543	2.483	297.943	145.199

b) Movimentação das provisões judiciais:

Natureza	Saldo em 31/12/2017		Encargos moratórios	Migração para PSLJ	Saldo em 31/12/2018
	Principal	Baixas			
1 - Fiscais	127.478	–	3.385	–	130.863
2 - Trabalhistas	7.625	3.358	466	(2.331)	9.118
3 - Cíveis	10.096	5.709	877	(6.290)	8.562
Total	145.199	9.067	4.728	(8.621)	148.543

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	2018	2017
a) Prêmios emitidos líquidos	2.937.320	2.796.990
Prêmios diretos	2.795.405	2.670.728
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	9.328	433
Co-seguro aceitos de congêneres	104.597	88.931
Co-seguro cedido de congêneres	(36.089)	(32.566)
Prêmio DPVAT	64.079	69.464
b) Variação das provisões técnicas de prêmios	(107.075)	(26.298)
Provisão de prêmios não ganhos	(106.791)	(26.200)
Provisão matemática de benefícios a conceder	28	5
Outras provisões técnicas - PDA	(312)	(103)
c) Prêmios ganhos	2.830.245	2.770.692
d) Receita com emissão de apólices (i)	7.428	53.890
e) Sinistros ocorridos	(1.676.958)	(1.548.090)
Indenizações avisadas - PSL (ii)	(1.674.907)	(1.488.170)
Serviços de assistência	(101.702)	(125.762)
Salvados e ressarcimento	187.875	134.056
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(28.705)	10.965
Recuperação de sinistros	32.259	7.038
Variação das despesas relacionadas	(91.808)	(86.400)
Outros	30	183
f) Custo de aquisição	(633.291)	(647.771)
Comissões sobre prêmios retidos	(610.246)	(611.082)
Outras despesas de comercialização	(46.637)	(46.180)
Recuperação de comissões (cedido)	4.893	4.360
Variação do custo de aquisição diferido	18.699	5.131
g) Outras receitas e despesas operacionais	(141.048)	(110.973)
Outras despesas operacionais	(144.559)	(111.645)
Despesa com cobrança	(21.536)	(19.488)
Despesa com encargos sociais	(2.506)	(3.109)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	5.067	8.926
Despesa com emissão de apólices	(57.543)	(22.421)
Despesa com inspeção e vistoria	(11.109)	(11.796)
Despesa com dispositivos de segurança	(31.245)	(36.222)
Outras despesas com operações de seguros	(17.259)	(23.701)
Amortizações	(2.290)	(2.291)
Despesas diversas	(6.138)	(1.543)
Outras receitas operacionais	3.511	672
Outras receitas com operações de seguro	3.511	672
h) Resultado com resseguro	40.010	(142.768)
Receitas com resseguro	544.668	208.715
Indenização de sinistro	527.252	206.387
Despesa com sinistro	12.956	5.466
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	4.461	(2.750)
Recuperação de sinistro catástrofe	-	(388)
Despesas com resseguros	(504.658)	(351.483)
Prêmios de resseguros - diretos	(615.255)	(439.326)
Cosseguros aceitos	(1.818)	(63)
Cancelamento de resseguro	74.070	63.678
Restituição de resseguro	4.911	3.319
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(6.297)	(841)
Variação da despesa de resseguro	121.348	38.825
Salvados e ressarcimento	(61.667)	(12.463)
Comissões diferidas	(20.023)	(4.928)
Provisões de riscos	-	(2)
Outras provisões - comissão escalonada	(3.019)	1.770
Outras provisões - RVNE	3.092	(1.452)
i) Despesas administrativas	(373.305)	(371.292)
Despesas com pessoal próprio	(222.330)	(227.551)
Despesas com serviços de terceiros	(62.455)	(65.488)
Despesas com localização e funcionamento	(32.560)	(34.509)
Despesas com publicidade e propaganda	(14.523)	(15.527)
Despesas com publicações	(206)	(405)
Despesas com donativos e contribuições	(1.148)	(364)
Depreciação e amortização (iv)	(25.481)	(13.924)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(7.509)	(4.928)
Outras despesas administrativas	(7.093)	(8.596)
j) Despesas com tributos	(71.240)	(88.003)
Cofins (iii)	(48.462)	(71.425)
PIS/PASEP (iii)	(7.875)	(10.599)
Outros	(12.290)	(3.425)
Impostos municipais	(1.805)	(1.633)
Contribuição sindical	(713)	(684)
Impostos estaduais	(95)	(237)
k) Resultado financeiro	109.781	179.658
Receitas financeiras	147.756	215.679
Rendimento com aplicações financeiras	101.781	154.323
Rendimentos quotas e fundos de investimento	24.991	40.652
Receitas com títulos de renda fixa privados	6.908	14.873
Receitas com títulos de renda fixa públicos	69.882	98.797
Ajuste TVM - aplicações ao valor justo por meio do resultado	-	1
Receita com ações	46	97
Receitas financeiras com operações de seguros	24.175	34.147
Outras	21.754	27.112
Receita com créditos tributários	145	72
Receita financeira contingência DPVAT	648	499
Receita com atualização de depósitos judiciais	4.681	10.036
Receitas financeiras eventuais	16.280	16.505
Despesas financeiras	(37.975)	(36.021)
Despesas financeiras com renda fixa	(295)	(302)
Despesas financeiras com operações de seguros	(35.349)	(30.084)
Juros	(31)	(77)
Oscilação cambial	(4.943)	(2.577)
Despesas de juros s/ operação de DPVAT	(15.390)	(19.968)
Provisão de sinistros a liquidar	(10.641)	(7.561)
Cosseguro cedido	(187)	26
Resseguro cedido	(4.078)	166
DPVAT	(79)	(93)
Outras	(2.331)	(5.635)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(3.408)	(5.556)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	-	4
Despesas financeiras eventuais	1.077	(83)
l) Resultado patrimonial	3.585	(8.955)
Receitas com imóveis de renda	47	1.269
Equivalência patrimonial	9.656	(4.096)
Doações	10	-
Amortização <i>price purchase allocation</i> (PPA)	(6.128)	(6.128)
m) Ganhos e perdas com ativos não correntes	(92)	2.047
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	95	2.048
Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	(187)	(1)

processo de regulação está em andamento e todos os efeitos foram contabilizados no balanço (vide nota 7 e 16). (iii) Em 2017, pagamento dos tributos de PIS/Cofins sobre as receitas financeiras de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas (R\$ 25.207). (iv) A Somo Seguros, em conformidade com CPC 4 e CPC 23 revisou de forma prospectiva as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" de forma a refletir adequada vida útil desses ativos que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões de amortização no resultado da Seguradora (vide nota explicativas 3h).

22. Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	95.115	95.115	88.434	88.434
Juros sobre o capital próprio	(28.877)	(28.877)	(26.297)	(26.297)
Participações sobre o resultado	(13.735)	(13.735)	(12.981)	(12.981)
Resultado tributável	52.503	52.503	49.156	49.156
Ajustes temporários	25.919	25.919	(9.445)	(9.445)
Provisões judiciais	2.351	2.351	1.370	1.370
Provisões para devedores duvidosos	(5.707)	(5.707)	(3.346)	(3.346)
Provisões com funcionários	(701)	(701)	(428)	(428)
Provisão de amortização de projetos (*)	26.536	26.536	(12.299)	(12.299)
Outros ajustes temporários	3.440	3.440	5.258	5.258
Ajustes permanentes	(61.567)	(61.567)	(26.122)	(26.122)
Ajustes de equivalência patrimonial	(9.656)	(9.656)	(4.096)	(4.096)
Outros ajustes permanentes	(51.911)	(51.911)	(22.026)	(22.026)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	16.855	16.855	13.589	13.589
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(5.057)	(5.057)	(4.076)	(4.076)
Base de cálculo após compensação	11.798	11.798	9.513	9.513
Imposto de renda e contribuição social	(2.925)	(2.360)	(2.354)	(1.902)
Complemento do imposto de renda e contribuição social	(1.264)	(1.011)	(1.019)	(816)
Incentivo fiscal	159	-	57	-
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	6.479	(2.994)	(2.361)	(1.835)
Outros ajustes	(2.635)	(1.176)	(3.832)	(2.570)
Total de imposto de renda e contribuição social	(186)	(7.541)	(9.509)	(7.123)

(*) A Somo Seguros, em conformidade com CPC 4 e CPC 23 revisou de forma prospectiva as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" de forma a refletir a adequada vida útil destes ativos que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões de amortização no resultado da Seguradora (vide nota explicativas 3h). **23. Partes relacionadas:** Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 5. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: **a) Somo Saúde Seguros S.A. (controlada):** i. A Seguradora compartilha com sua controlada certos componentes da estrutura administrativa e operacional. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes de recuperação de despesas administrativas de sua controlada somaram em 2018 R\$ 13.883 (R\$ 11.298 em 2017). ii. Os funcionários da Seguradora contam com seguro saúde contratado junto à sua controlada, cujos custos são assumidos pela Seguradora. O total de prêmios em 2018 foi de R\$ 23.108 (R\$ 20.255 em 2017). iii. Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto a Seguradora. O total de prêmios durante 2018 somaram R\$ 36 (R\$ 25 em 2017). **b) Outras partes relacionadas:** i. Adicionalmente a Somo Seguros detém despesas compartilhadas com a Somo Japan Nipponkoa Insurance, Inc., de componentes da estrutura administrativa e operacional, bem como contratos de resseguro facultativo (R\$ 2.568 em 2018), comissão de resseguro (R\$ 177 em 2018), sinistros pagos pendentes (R\$ 64 em 2018) e juros sobre capital próprio (R\$ 25.247 em 2018). ii. Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Ativo		
Controlada		
Somo Saúde Seguros S.A.	1.579	874
Reembolso de despesa administrativa a receber	1.579	874
Total do Ativo	1.579	874
Passivo		
Controlada		
Somo Saúde Seguros S.A.	-	(44)
Transferência de funcionários	-	(44)
Somo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	(81)	-
Serviço de vistoria	(81)	-
Total do Passivo	(81)	(44)

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Demonstração do Resultado Controlada				
Somo Saúde Seguros S.A.	13.919	11.323	(23.108)	(20.255)
Recuperação de despesas administrativas	13.883	11.298	-	-
Prêmios - Seguros Saúde	-	-	(23.108)	(20.255)
Prêmio - Seguros Vida	36	25	-	-
Somo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	-	-	(1.156)	(1.003)
Serviço de vistoria	-	-	(1.156)	(1.003)
Total Resultado	13.919	11.323	(24.264)	(21.258)

24. Benefícios a empregados: O quadro abaixo refere-se aos planos de aposentadoria que a Seguradora oferece aos seus funcionários, ex-funcionários e respectivos beneficiários (vide nota explicativa 3l).

	2018			
	Obrigações Atuariais	Valor Justo Ativos	Ativo/Passivo Atuarial Líquido	Receitas/Despesas
Plano I	21.841	24.690	-	-
Plano II	2.309	15.925	(2.011)	(304)
Plano III	46.606	42.253	4.353	190
Saldo final	70.756	82.868	2.342	(114)
	2017			
	Obrigações Atuariais	Valor Justo Ativos	Ativo/Passivo Atuarial Líquido	Receitas/Despesas
Plano I	21.251	24.891	-	-
Plano II	2.089	14.742	(3.044)	(341)
Plano III	43.557	41.721	1.836	-
Saldo final	66.897	81.354	(1.208)	(341)

25. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela seguradora: **a) IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. **b) IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** em maio de 2014, o IASB emitiu o novo pronunciamento de reconhecimento de receita, o CPC convergirá para esse novo pronunciamento, que tem adoção mandatória para os exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018, com requerimentos de comparabilidade específicos ("full or modified retrospective approach"). O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as Seguradoras em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. O CPC 47 foi aprovado pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 561/17, porém não há impactos significativos na Seguradora. **c) IFRS 16 - Arrendamentos:** A nova norma requer que as Seguradoras tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, porém não foi homologado pela SUSEP a segunda revisão (R2). A Seguradora estima que não haverá impactos significativos nos processos de arrendamentos e nas demonstrações financeiras no que tange a adoção da norma. **d) IFRS 17 Contratos de Seguros:** (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. A seguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

Conselho de Administração	
Francisco Caiuby Vidigal Filho Presidente	Katsuyuki Tajiri Arlindo da Conceição Simões Filho
Contador	
Ivan Fernando dos Santos - CRC SP269845/O-8	

Diretoria	
Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor Presidente	Sven Robert Will - Diretor Executivo
Kenichi Umeki - Diretor Executivo	Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo
Atsushi Yasuda - Diretor Executivo	Fernando Antônio Grossi Cavalcante - Diretor Executivo
Atuário	
Duarte Marinho Vieira - MIBA 1112	

Relatório do comitê de auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Aos Membros do Conselho de Administração da Somo Seguros S.A. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Somo Seguros S.A. ("Seguradora") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), por ele instituído, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Seguradora e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências

legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e a conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de

continua →

☆ continuação

Sompo Seguros S.A.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de seu trabalho ao longo do ano. **Principais Atividades do Comitê:** O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, pelo menos mensais, na sede da Seguradora com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos membros do Comitê. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações. As atividades do Comitê, no exercício de 2018 até esta data, incluíram: a) Reuniões com os executivos das áreas de Planejamento Estratégico, Contabilidade, Controladoria, de Controles Internos, Compliance, Gestão de Riscos, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação), Produtos de Automóvel, Transportes e Vida e de Saúde, P&C, Sinistros, Ouvidoria, Recursos Humanos e Atuarial, com os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços terceirizados de Auditoria Interna e da Auditoria Independente. b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração da Seguradora relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Seguradora. c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Seguradora e com seus Auditores Independentes sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes. d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Seguradora, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com o Diretor-Presidente da Seguradora e com representantes do Conselho de Administração

e Diretoria Executiva. O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiada no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

Manfred Kautz
Membro do Comitê de Auditoria
Paulo José Arakaki
Membro do Comitê de Auditoria
Pompeu da Cruz Esteves Junior
Coordenador do Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Sompo Seguros S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2(d), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-1SP198827/O-3



Parecer dos atuários auditores independentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Aos Acionistas e Administradores da

Sompo Seguros S.A.

São Paulo - SP - CNPJ: 61.383.493/0001-80

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sompo Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelo demonstrativo do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial e conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e dos ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente

se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências imateriais, justificadas pela Seguradora, na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos dados concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Todavia, essas divergências já são de ciência da Seguradora, a qual já está tomando providências para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO